

Questões de Conhecimento Específico

01. A Lei nº 4.320/64 estabelece que o exercício financeiro coincidirá com o ano civil. Leia o trecho a seguir, extraído da referida Lei e assinale ao que segue:

“As _____ de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho:

- A) Receitas.
- B) Despesas.
- C) Contas.
- D) Entradas.

02. Assinale a alternativa correta em relação à Programação da Despesa, de acordo com a Lei nº 4.320/64:

- A) A fixação das cotas trimestrais da despesa não deve atender nenhum objetivo.
- B) A programação da despesa orçamentária, não levará em conta os créditos adicionais e as operações extra-orçamentárias.
- C) Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
- D) As cotas trimestrais nunca poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.

03. A Lei nº 12.462/11 instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), que tem por objetivos ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes; promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público; incentivar a inovação tecnológica; e assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Sobre a referida modalidade de contratação, assinale a alternativa correta:

- A) A opção pelo RDC deverá constar de forma expressa do instrumento convocatório e resultará no afastamento das normas contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, exceto nos casos expressamente previstos na Lei nº 12.462/11.
- B) A opção pelo RDC deverá constar de forma expressa do instrumento convocatório, mas não resultará no afastamento das normas contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, exceto nos casos expressamente previstos na Lei nº 12.462/11.
- C) A opção pelo RDC não precisará constar de forma expressa do instrumento convocatório e resultará no afastamento das normas contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, exceto nos casos expressamente previstos na Lei nº 12.462/11.
- D) A opção pelo RDC deverá constar de forma expressa do instrumento convocatório e resultará no afastamento das normas contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em todos os casos, sem exceção.

04. Para efeitos da Lei nº 12.462/11, é certo dizer que considera-se empreitada integral:

- A) Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para, caracterizar a obra ou serviço de engenharia, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares.
- B) Quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total.
- C) Quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
- D) Quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para a qual foi contratada.

05. Nos termos da Lei nº 9.637/98, o contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social. De acordo com a referida Lei, o contrato de gestão deve ser submetido:

- A) Após aprovação pelo Presidente da República.
- B) Após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Ministro da Economia em todas as situações.
- C) Antes da aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.
- D) Após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.

06. De acordo com a Lei nº 11.107/05, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. A referida Lei estabelece sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências. Sobre a retirada do ente da Federação do consórcio público, assinale a alternativa correta:

- A) Dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada por lei.
- B) Não dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada por lei.
- C) Dependerá de ato informal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada por lei.
- D) Dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, independentemente de qualquer forma prevista em lei.

07. Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos pela Lei nº 9.790/99. Cumpridos os requisitos da referida Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas de alguns documentos. Sobre o requerimento, assinale a alternativa correta com base na Lei nº 9.790/99:

- A) Recebido o requerimento, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.
- B) Recebido o requerimento, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta e cinco dias, deferindo ou não o pedido.
- C) Recebido o requerimento, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de vinte dias, deferindo ou não o pedido.
- D) Recebido o requerimento, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de quarenta e cinco dias, deferindo ou não o pedido.

08. De acordo com a Lei nº 11.079/04, a celebração de contrato de parceria público-privada, cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos é:

- A) Incentivada.
- B) Vedada.
- C) Obrigatória.
- D) Permitida, mas não aceita.

09. São diretrizes impostas pela Lei nº 11.079/04 para a contratação de parceria público-privada, exceto:

- A) Indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado.
- B) Repartição objetiva de riscos entre as partes.
- C) Sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.
- D) Ocultação dos procedimentos e das decisões.

10. Leia o trecho a seguir, extraído da Lei n.º 11.079/04 e assinale ao que segue:

“A União somente poderá contratar parceria público-privada quando a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas não tiver excedido, no ano anterior, a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício, e as despesas anuais dos contratos vigentes, nos _____ subseqüentes, não excedam a 1% (um por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

- A) 10 (dez) anos.
- B) 8 (oito) anos.
- C) 7 (sete) anos.
- D) 5 (cinco) anos.

11. João Victor e Manuela, estudantes de Direito da Universidade XPTO estavam em debate sobre a Lei nº 8.666/93. Manuela dizia que qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado. João Victor contradisse Manuela e disse que na verdade apenas agentes públicos são partes legítimas para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado. De acordo com a referida Lei, assinale a alternativa correta em relação à situação descrita:

- A) Ambos estão equivocados.
- B) Manuela tem razão.
- C) Ambos têm razão.
- D) João Victor tem razão.

12. Leia o trecho a seguir e assinale ao que segue:

“A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, _____ (I) membros, sendo pelo menos _____ (II) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho:

- A) (I) 4 (quatro); (II) 3 (três).
- B) (I) 4 (quatro); (II) 2 (dois).
- C) (I) 3 (três); (II) 2 (dois).
- D) (I) 5 (cinco); (II) 3 (três).

13. De acordo com a Lei nº 8.666/93, o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Sobre a fiscalização do cumprimento dos requisitos de acessibilidade nos serviços e nos ambientes de trabalho, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei nº 8.666/93:

- A) Cabe ao Ministério Público fiscalizar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade nos serviços e nos ambientes de trabalho.
- B) Cabe à administração fiscalizar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade nos serviços e nos ambientes de trabalho.
- C) Cabe ao Poder Judiciário fiscalizar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade nos serviços e nos ambientes de trabalho.
- D) Cabe à Polícia Federal fiscalizar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade nos serviços e nos ambientes de trabalho.

14. Nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante, cabe recurso em face dos atos da Administração:

- A) Recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.
- B) Recurso, no prazo de 7 (sete) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.
- C) Recurso, no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.
- D) Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

15. Nos termos da Lei Complementar nº 101/00, a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação é denominada como:

- A) Empresa controlada.
- B) Receita corrente.
- C) Ente da Federação.
- D) Empresa fiscal.

16. O Município XPTO praticou ato que provocou aumento da despesa com pessoal, mas não atendeu o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo. De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, este ato será considerado:

- A) Anulável.
- B) Válido.
- C) Nulo.
- D) Inexistente.

17. Nos termos da Lei Complementar nº 101/00, a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços é:

- A) Equiparada à operação de crédito e vedada.
- B) Equiparada à operação de crédito e incentivada.
- C) Equiparada à operação de crédito e permitida.
- D) Equiparada à operação de crédito e obrigatória.

18. Maria Clara e Luciano, estudantes de Direito da Universidade Kappa Beta, estavam em conversa sobre a Lei Complementar nº 101/00. Maria Clara dizia que é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. Luciano, por outro lado dizia que é permitida a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. Sobre a situação descrita, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei Complementar nº 101/00:

- A) Ambos estão equivocados.
- B) Maria Clara tem razão.
- C) Ambos têm razão.
- D) Luciano tem razão.

19. Leia o trecho a seguir, extraído da Lei nº 8.429/92 e assinale ao que segue:

“A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de _____ da efetivação da medida cautelar.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

- A) Quinze dias.
- B) Vinte dias.
- C) Dez dias.
- D) Trinta dias.

20. Nos termos da Constituição Federal de 1988, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais devem ser estabelecidos por:

- A) Leis de iniciativa do Poder Judiciário.
- B) Leis de iniciativa do Poder Legislativo.
- C) Leis de iniciativa do Poder Executivo.
- D) Leis de iniciativa do Ministério Público.

Questões de Língua Portuguesa

INSTRUÇÃO: As questões de nº 21 a nº 30 dizem respeito ao Texto. Leia-o atentamente antes de respondê-las.

(Texto)

Irã fracassa em pôr satélite em órbita

- 1 O Irã lançou um satélite ao espaço "com sucesso",
mas não conseguiu colocá-lo em órbita. A falha
representa um revés para programa espacial do
país, acusado pelos Estados Unidos de encobrir o
5 desenvolvimento de mísseis. Segundo o Irã, a
"missão principal" do satélite era coletar imagens
para estudar e prevenir terremotos e desastres
naturais, além de desenvolver a agricultura. "O
Simorgh (foguetes) lançou com sucesso o satélite
10 Zafar ao espaço, mas o lançador não atingiu
velocidade suficiente para colocar o satélite na
órbita desejada", disse Ahmad Hoseini, porta-voz
do Ministério da Defesa, segundo uma fonte de
televisão. O ministro iraniano de
15 telecomunicações, Mohamad Javad Azari Jahromi,
admitiu no Twitter que o lançamento "falhou". "Mas
somos imparáveis! Temos outros grandes satélites
iranianos por vir!", acrescentou.

(Fonte adaptada: <https://g1.globo.com>>acesso em 10 de fevereiro de 2020)

21. “O Simorgh (foguetes) lançou com sucesso o satélite Zafar ao espaço, mas o lançador não atingiu velocidade suficiente...” (linhas 8 a 11).

É correto afirmar que a vírgula foi empregada no Texto para:

- A) Separar termos adversativos.
- B) Isolar o aposto.
- C) Isolar o vocativo.
- D) Isolar, erroneamente, o sujeito do seu verbo.

INSTRUÇÃO: Analise o trecho a seguir para responder às questões nº 22 a nº 24:

“O ministro iraniano de telecomunicações, Mohamad Javad Azari Jahromi, admitiu no Twitter que o lançamento ‘falhou’.” (linhas 14 a 16).

22. A partícula “que” destacada introduz uma:

- A) Oração subordinada substantiva predicativa.
- B) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
- C) Oração subordinada substantiva objetiva indireta.
- D) Oração subordinada adjetiva explicativa.

23. A partícula “que” destacada exerce função morfológica de:

- A) Pronome relativo.
- B) Pronome reflexivo.
- C) Conjunção concessiva.
- D) Conjunção integrante.

24. O trecho “*que o lançamento ‘falhou’*” exerce função sintática de:

- A) Sujeito.
- B) Adjunto adverbial.
- C) Objeto direto.
- D) Adjunto adnominal.

25. Assinale a alternativa em que a palavra é acentuada pela seguinte razão:

Assinalam-se as palavras paroxítonas terminadas em ditongo, seguido ou não de “s”.

- A) “Satélite” (linha 1).
- B) “Revés” (linha 3).
- C) “País” (linha 4).
- D) “Ministério” (linha 13).

26. “O Irã lançou um satélite ao espaço ‘com sucesso’, mas não conseguiu colocá-lo em órbita.” (linhas 1 a 2).

O verbo grifado, no contexto em que está inserido, é:

- A) Transitivo direto e indireto.
- B) Transitivo direto.
- C) Transitivo indireto.
- D) Intransitivo.

27. “O Irã lançou um satélite ao espaço ‘com sucesso’, mas não conseguiu colocá-lo em órbita.” (linhas 1 a 2).

Sobre a análise sintática do trecho acima retirado do Texto, assinale a alternativa correta:

- A) O sujeito da oração principal é composto.
- B) “O Irã” é considerado sujeito da oração a que pertence.
- C) Não há adjunto adnominal no período em questão.
- D) O verbo “colocá-lo”, no contexto em que está inserido, é intransitivo.

28. “O Irã lançou um satélite ao espaço ‘com sucesso’, mas não conseguiu colocá-lo em órbita.” (linhas 1 a 2).

É correto afirmar que o verbo destacado está conjugado no:

- A) Presente do indicativo.
- B) Pretérito perfeito do indicativo.
- C) Futuro do presente do indicativo.
- D) Futuro do pretérito do indicativo.

29. “A falha representa um revés para programa espacial do país, [...]” (linhas 2 a 4).

Assinale a alternativa que apresenta o termo retirado do trecho que, devido à sua regência, é responsável por exigir a preposição sublinhada:

- A) “Falha”.
- B) “Representa”.
- C) “Revés”.
- D) “Programa”.

30. “A falha representa um revés para programa espacial do país, [...]” (linhas 2 a 4).

O termo destacado exerce função morfológica de:

- A) Preposição.
- B) Substantivo.
- C) Conjunção.
- D) Adjetivo.

Questões de Conhecimentos Gerais

31. A Fundação Catarinense de Cultura (FCC) foi criada oficialmente em 24 de abril de 1979, por meio de um Decreto Estadual, e tem como importante missão:

- A) Valorizar a cultura por meio de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense.
- B) Oferecer gratuitamente cursos superiores de excelência em artes visuais, artes plásticas, design, desenho industrial e fotografia.
- C) Unir a classe artística catarinense de modo a organizar e unificar as tendências artísticas e a valorizar a arte realizada no estado.
- D) Destacar as obras artísticas feitas por mulheres catarinenses que foram ocultadas da história do desenvolvimento artístico local.

32. Dados da pesquisa “Economia das Favelas – Renda e Consumo nas Favelas Brasileiras” apontam que o Brasil tem 13,6 milhões de pessoas morando em favelas e que seus moradores movimentam R\$ 119,8 bilhões por ano. O levantamento ainda revela que as regiões que registraram maior percentual de pessoas vivendo em favelas são:

- A) Sudeste e Sul.
- B) Centro-Oeste e Norte.
- C) Norte e Nordeste.
- D) Nordeste e Sudeste.

33. Um ranking divulgado pelo Fórum Econômico Mundial no mês de janeiro mostrou que o Brasil ocupa a 60ª posição, entre 82 economias, no que diz respeito à:

- A) Pagamento da dívida externa.
- B) Mobilidade social.
- C) Geração de emprego.
- D) Confiança do investidor externo.

34. Os Jogos Olímpicos de 2020 estão programados para acontecer na capital japonesa, Tóquio, entre os dias 24 de junho e 9 de agosto. Ao todo serão 33 categorias olímpicas e 22 paralímpicas em disputas. Nesta edição, cinco novas modalidades esportivas foram incluídas na competição, são elas:

- A) Críquete, boliche, jiu jitsu, tênis e patinação artística.
- B) Polo aquático, golfe, judô, ciclismo de estrada e canoagem.
- C) Squash, xadrez, futsal, badminton e rugby.
- D) Beisebol, karatê, skate, escalada e surf.

35. O documento *“Proteção do Direito à Educação dos Refugiados”*, lançado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), alerta que:

- A) Entre os refugiados, apenas 50% das crianças frequentam a educação primária e apenas 25% estão na educação secundária.
- B) Apenas 47% das crianças refugiadas em todo o mundo têm acesso à educação.
- C) Metade dos refugiados do mundo são crianças e a duração média do exílio de um refugiado é de cerca de dez anos.
- D) Na Síria, no ano de 2016, cinco milhões de crianças e adolescentes estavam fora da escola.